

O DIREITO MILITAR E A CONQUISTA DE CÓRDOBA: OPERAÇÕES MILITARES DE FERNANDO III

Lucas Vieira dos Santos¹, Jaime Estevão dos Reis²

¹Acadêmico do curso de História, Universidade estadual de Maringá – UEM. PIC.

²Professor, Doutor, Universidade Estadual de Maringá – UEM – Coordenador do LEM – Laboratório de Estudos medievais.

E-mail: jaimeestevaoreis@hotmail.com

RESUMO

Essa pesquisa buscou compreender a prática da guerra no decorrer do reinado de Fernando III, de Castela e Leão (1230-1252). Para fazê-la, utilizamos duas crônicas: a *Crônica Latina de los Reyes de Castilla* e a *Primera Crónica General de España*, aliadas ao debate historiográfico. As expedições militares orquestradas pelo monarca contra os seus inimigos, os muçulmanos instalados na Península Ibérica, por terem provado sua eficácia, são o foco desse estudo. Portanto, para compreender a logística militar utilizada nas campanhas e a composição dos exércitos cristãos, discorreremos sobre o direito militar peninsular e especificidades dos ataques do rei castelhano-leonês. Analisaremos, sobretudo, a primeira grande conquista de Fernando III, Córdoba (1236).

PALAVRAS-CHAVE: Fernando III; Guerra; Serviços Militares.

1. INTRODUÇÃO

A Idade Média foi marcada por diversos conflitos e, na Península Ibérica, invadida por muçulmanos do norte da África no início do século VIII, o fenômeno denominado Reconquista representou séculos de batalhas de pequena e grande expressão. Desde a invasão e até o século XIII, quando Fernando III inicia suas operações ofensivas contra o Islã, a atividade guerreira foi conduzida por diversos monarcas peninsulares. Para combater os muçulmanos e retomar territórios que reivindicavam, cristãos realizaram campanhas militares e redigiram diversos foros sobre direito militar. Estes documentos regulamentavam, entre outras coisas, o papel dos indivíduos do reino nas *huestes*¹.

Fernando III (1199-1252) tornou-se o maior conquistador frente ao al-Andaluz graças à sua inteligência como organizador de suas investidas e a sabedoria em aproveitar um momento de fragilidade interna dos inimigos, que já não possuíam mais unidade política, para avançar e tomar posições. O rei castelhano-leonês foi responsável pela anexação de cerca de 105 000 km² de territórios ocupados pelos muçulmanos.

O arranjo eficaz das tropas comandadas pelo monarca foi resultado de um planejamento militar sólido e da utilização de serviços devidos ao reino. Ademais, a relação entre os fatores políticos, logísticos, financeiros, organizativos e militares

¹ Em português, traduz-se como *hoste*. Doravante, a não ser quando tratarmos sobre questões etimológicas, utilizaremos a forma traduzida.

foram questões determinantes para os resultados dos conflitos (GARCÍA FITZ, 1998, p. 842).

Portanto, analisaremos a logística por trás da expedição que culminou na conquista de Córdoba, a primeira grande vitória de Fernando III. Entretanto, antes de fazê-lo, abordaremos aspectos fundamentais sobre o direito militar na Península Ibérica, apontando para a conjuntura em que essas batalhas ocorreram e foram organizadas.

2. O SERVIÇO MILITAR NA PENÍNSULA IBÉRICA

Conforme afirmamos, essa pesquisa fundamenta-se em duas fontes: a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* e a *Primera Crónica General de España*. Os dois documentos analisados foram elaborados em períodos próximos aos acontecimentos descritos por seus autores. O primeiro texto foi retirado de um manuscrito encontrado por Georges Cirot em 1912, e a versão que utilizamos foi editada por Luis Charlo Brea (1999). Presume-se que tenha sido escrito por Juan Dominguez, bispo de Osmá, e a narrativa, que por vezes demonstra um conhecimento presencial dos fatos descritos, torna a fonte ainda mais valiosa.

A *Primera Crónica General de España* foi organizada a mando de Alfonso X, o Sábio, filho de Fernando III. A obra, redigida com o auxílio de diversos especialistas, discorre sobre acontecimentos que vão desde a Antiguidade à morte do rei Fernando. A versão utilizada nesse estudo foi editada por Ramón Menéndez Pidal (1955). Associados ao debate historiográfico, os documentos permitem uma investigação abrangente sobre a guerra durante o reinado do monarca castelhano-leonês e sobre a convocação de homens para combate.

Remontando às tradições legislativas visigodas expressas por meio de foros, para os peninsulares, o serviço militar era uma obrigação de todos os indivíduos. De acordo com os tratados, o exército, quando convocado pelo rei, deveria armar-se e acudir à expedição pública (DELL'ELICINE *et all*, 2017, p. 171). Nesse sentido, María J. García Vera e María C. Castrillo Llamas (1993, p. 24, tradução nossa)² apontam para a importância e prestígio conferida aos que participavam da guerra e, portanto, colocavam a serviço seu corpo e armas, demonstrando que embora houvesse a obrigação, estes guerreiros eram gratificados:

[...] não deve estranhar que o guerreiro goze de grande importância dentro da sociedade da época, pois quando vai servir ao seu senhor coloca à disposição deste seu corpo e suas armas. O alto custo do equipamento completo justificava a estima que outorgava a sociedade ao serviço prestado pelo guerreiro.

² No original: [...] no debe extrañar que el guerrero goce de gran importancia dentro de la sociedad de la época, pues cuando acude a servir a su señor pone a disposición de éste su cuerpo y sus armas. El alto coste del equipo completo justificaba la estima que otorgaba la sociedad al servicio prestado por el guerrero.

Embora o direito à intimação para guerra fosse garantido inicialmente ao rei, havia, no século XIII, uma estrutura militar onde senhores possuíam amplo poder bélico. Os laços de vassalagem, embora não tenham ocorrido de acordo com o feudalismo tradicional na Península Ibérica, permitiam que reis e senhores contassem com *milites* ou homens a cavalo e, em alguns casos, sua fidelidade também poderia ser paga com terras e soldadas (PISNITCHENKO, 2016, p. 64).

Ademais, as hostes não eram o único dever militar do povoado. A *cabalgada* e o *fonsado*, sendo este último tratado por alguns autores como um termo distinto de *hueste*, também faziam parte da realidade do período.

Segundo Rodán Jimeno Aranguren (2007, p. 37), *hoste* e *fonsado* eram sinônimos, ainda que este último termo tenha sido mais utilizado com o passar do tempo. De acordo com a dinâmica das relações de poder da época, ambos poderiam ser convocados não só por um monarca, mas também por senhores e conselhos. O autor expõe que, quanto a origem etimológica dos termos, até o século VII, ir ao *fossatum* significava ir à guerra. Ainda assim, não há consenso historiográfico quanto a equivalência das expressões.

Analisando o *Liber Iudiciorum* que, segundo Alvarado Planas (2013), representou uma influência expressiva, sobretudo, para o reino de Leão, *fossatum* relaciona-se com foço ou limite territorial. Portanto, para Eleonora Dell'Elicine (*et all*, 2017, p. 171), isso poderia significar que o *fonsado* designasse uma expedição militar com o dever de defender e segurar imediatamente uma fronteira sob ataque.

Contudo, alguns autores afirmam que as distinções entre *fonsado* e *hueste* se devem apenas a questões de magnitude. Para Agustín Ubieta Arteta (1966, p. 93-100), esta última designaria uma expedição militar de grande alcance, onde um contingente maior de guerreiros deveria ser recrutado para a batalha. Por outro lado, para casos onde o conflito se demonstrava mais simples, o *fonsado* era requisitado e, portanto, um número menor de indivíduos precisava juntar-se ao exército.

Anunciado o debate sobre as divergências quanto ao significado dos termos, utilizaremos a expressão *hoste* para nos referirmos a um exército expedicionário público ou privado. De acordo com Pierre Bonassie (1985), a expressão é derivada do latim *hostis*. O autor assevera que o *ost*, no decorrer da Idade Média, foi utilizado para qualificar situações de guerra ou que se referissem à atividade guerreira.

Ademais, a partir do século XI, quando os indivíduos que não possuíam recursos para atender ao chamado de guerra passaram a poder pagar taxas para substituir o serviço, até mesmo esse pagamento passou a ser denominado *hoste*.

Por fim, ao longo do medievo, as expedições militares tornaram-se cada vez mais caras, restringindo os indivíduos que de fato poderiam arcar com os custos de armamentos, armaduras e participar destas batalhas. Portanto, no século XIII, quando Fernando III passa a disputar territórios com os muçulmanos instalados na Península Ibérica, as campanhas se configuram como um serviço bélico prioritariamente a cavalo que os nobres ou *milites* deviam ao rei ou a seus senhores (SILVA, 2011, p. 93). Isto posto, D. Fernando, ao convocar suas tropas, o faz de acordo com a estrutura prevista pela tradição legislativa peninsular ou utilizando-se dos laços de vassalagem.

3. FERNANDO III E SUAS CAMPANHAS MILITARES

Para além da composição dos exércitos, as técnicas bélicas de Fernando III merecem destaque. De acordo com a logística do período, ataques que desencadeavam batalhas campais eram incomuns (MORETTI JUNIOR, 2015, p. 18), postos em prática apenas em último caso ou quando havia certeza da superioridade diante do atacado. Graças aos consolidados mecanismos de defesa medievais e, sobretudo, às muralhas ao redor de cidades importantes, as guerras de cerco tornaram-se mais comuns.

Nesse contexto, assédios de exércitos ao redor das defesas inimigas poderiam se prolongar por um certo período. Ainda assim, o tempo era um grande oponente para defensores e invasores. Isto posto, as guerras de cerco também foram chamadas de guerras de desgaste, pois atacando e devastando as plantações dos inimigos, e sitiando a região visada, as tropas em avanço buscavam aniquilar os adversários pela falta de alimentos e de auxílio externo.

Embora as guerras de assédio tenham sido utilizadas nas mais célebres conquistas de Fernando III: Córdoba (1236) e Sevilha (1248), não eram a única alternativa para vencer defesas sólidas. Segundo Jones (1999, p. 68-69), o uso de maquinários para derrubada de muros também era uma opção. No entanto, essa não era uma alternativa bélica bem vista diante dos governantes que ainda seguiam contra o monarca castelhano-leonês na Península Ibérica, já que o método era mais agressivo e destrutivo.

Ademais, conforme expõe García Fítz (2001), as investidas deviam objetivar a conquista de pontos estratégicos. Para o autor, conquistar vilas e cidades com posições privilegiadas garantia um local para abastecimento de tropas e organização militar para futuros ataques. Nesse sentido, a conquista de Córdoba conferiu a Fernando III um ponto de avanço importante para as futuras investidas na região do Vale do Guadalquivir. O interesse do rei cristão nos domínios cordobeses se devia, para além do interesse militar, ao esplendor do reino muçulmano e sua importância simbólica para o Islã. Ricardo da Costa (2008) assevera que escritores islâmicos do período acreditavam que naquela terra os exércitos dos seguidores de Allah eram favorecidos.

Fernando III toma parte no assalto para conquista de Córdoba apenas após seis anos de incursões na Península Ibérica e de ter se consolidado politicamente. O monarca, em 1224, com a permissão da rainha Berenguela havia iniciado seus combates contra os muçulmanos e, após 1230, com a morte de Alfonso IX, de Leão, seu pai, Fernando torna-se rei definitivo de Castela e Leão; a coroação o confere grande poder militar. Além disso, firmada sua aliança com Sancho II, o rei pôde enfrentar seu primeiro grande desafio contra o Islã (COSTA, 2008). No entanto, a investida contra Córdoba não foi uma iniciativa do monarca.

Conforme expõe a *Primera Crónica General de España* (1955, p. 729), alguns cavaleiros cristãos que se encontravam em Andújar, ao capturarem prisioneiros que conheciam a estrutura interna de Córdoba por terem vivido ali, foram informados que, na ausência do rei, tomar a cidade não seria difícil.

Aqueles homens, portanto, começaram a preparar o ataque. Em janeiro de 1236 começaram a operação militar. Contudo, o clima de inverno dificultaria ainda

mais o conflito. Conforme expõem as crônicas castelhanas, Fernando III costumava ordenar a retirada de seus exércitos quando esfriava. Mesmo assim, o grupo insistiu na conquista da cidade.

A princípio, o assalto ao subúrbio de Córdoba, Axarquía, foi bem-sucedido. O mau tempo pode ter ajudado na escolha do ataque furtivo que teve início durante uma noite chuvosa (MADRAZO, 1884, p. 31). Os cavaleiros escalaram em poucos homens, com auxílio de mastros de madeira, as torres da região e renderam os guardas, que dormiam (PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA, 1955, p. 730). Em seguida, os invasores abriram a porta principal da cidade, permitindo que as tropas entrassem.

No entanto, a má organização da operação permitiu a reação dos inimigos. Os muçulmanos, que não haviam sido sitiados pois havia um muro dividindo internamente Axarquía, responderam com dardos, flechas e pedras. Isso ocorreu uma vez que os invasores cercaram apenas parte da cidade, possibilitando que os cordobeses dessem a volta e contra-atacassem (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 97).

Devido a desvantagem numérica cristã, os invasores estavam sendo derrotados. Portanto, quando Fernando III estava em Benavente, foi informado da situação por guerreiros que solicitavam seu socorro (MORETTI JUNIOR, 2015, p. 75).

Apesar do desejo do monarca em auxiliar seus cavaleiros em apuros, Fernando III precisava do apoio da nobreza, que desincentivou o ataque em conselho (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 98-99). Os nobres, em Castela, possuíam *status*, amplo poder político e econômico (MOXÓ, 2000, p. 259), a ponto de dificultarem até mesmo os primeiros anos do reinado de D. Fernando.

Todavia, mesmo assim, Fernando III optou por apoiar seus vassalos no bloqueio de Córdoba. Segundo Moretti Junior (2015, p. 55):

Apesar da resistência, Fernando III conseguiu levar adiante a campanha. A presença de importantes figuras como Álvaro Perez e Álvaro Fernández demonstra bem o poder da política de estreitamento dos laços vassálicos em seu reinado. Famílias que anteriormente brigavam entre si e até mesmo com o próprio rei uniram-se para tomar a cidade de Córdoba, antiga capital do califado Almorávida.

O monarca, contudo, contava com um contingente reduzido de guerreiros e armamento. Partindo de Benavente, Fernando III passou por Salamanca reunindo nobres em seu apoio e organizando armas e cavalos para a guerra. No entanto, o rei reunia apenas trinta pares de armas quando chegou a Benquerença (PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA, 1955, p. 731).

Quando enfim chegou a Córdoba, o líder militar trazia consigo cerca de cem homens. O exército pequeno cruzou o rio Betis e acampou entre Écija e a cidade principal. Embora estivessem em desvantagem, a insatisfação dos cordobeses com seu governante, Abetihen, e o auxílio de D. Lorenzo Suárez garantiram a vitória dos cristãos.

Abetihen, que estava em Murcia, sabendo da investida contra Córdoba, marchou em direção à cidade. Ao seu lado, o nobre castelhano Lorenzo Suárez era

homem de sua confiança. O rei muçulmano não temia traições de Suárez uma vez que este era desafeto de Fernando III (COSTA, 2008).

O exército islâmico possuía cerca de três mil homens, enquanto os reforços cristãos, embora chegassem frequentemente, somavam em torno de duzentos guerreiros (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 45). Contudo, antes de atacar os invasores, Abetihen optou por pedir conselho a Lorenzo Suárez, que pediu permissão para ir até o acampamento dos inimigos para espionar (PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA, 1955, p. 732).

Lorenzo Suárez, ao chegar ao exército de D. Fernando, propôs um pacto ao rei, que o aceitou como seu vassalo. O nobre aconselhou o monarca para que este fizesse fogueiras, indicando a Abetihen que a hoste inimiga era numerosa. O conselho foi acatado e, voltando ao grupo dos cordobeses, o castelhano informou o líder muçulmano que Fernando III estava acompanhado de um grande exército bem armado.

Abetihen optou por marchar à Valência, que estava simultaneamente sob ataque de Jaime I, de Aragão; depois que o derrotasse, pretendia retornar e resolver a situação de Córdoba. Entretanto, o rei foi traído por um muçulmano próximo antes de sequer chegar ao seu primeiro destino (COSTA, 2008).

Dessa maneira Fernando III conquistou Córdoba em 1236. Conforme expõe a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* (1999, p. 101), os muçulmanos se renderam motivados tanto pela morte de seu líder quanto pela eficácia da estratégia de desgaste posta em prática pelo exército cristão. Os invasores cercaram rotas terrestres e rios a mando de D. Fernando, provocando a fome e impedindo que os sitiados recebessem auxílio externo.

A partir da conquista de Córdoba, D. Fernando conseguiu reunir membros de ordens militares e outros cavaleiros para organizar as próximas operações militares na Península. A última grande conquista do rei, Sevilha, representou um domínio quase total da região outrora governada pelos muçulmanos, tornando Fernando III o maior reconquistador da Península Ibérica.

4. CONCLUSÃO

Os resultados atingidos com esse estudo nos permitiram compreender a operação militar organizada por Fernando III para a conquista de Córdoba e a forma como essas hostes eram convocadas de acordo com as noções de direito militar e dos pactos de vassalagem na Península Ibérica. Esperamos que essa pesquisa possibilite o entendimento de parte do processo de batalhas entre cristãos e muçulmanos na região ao longo do reinado do rei responsável pela tomada da maior parte dos territórios muçulmanos.

REFERÊNCIAS

ALVARADO PLANAS, J. **A modo de conclusiones: el Liber Iudiciorum y la aplicación del Derecho en los siglos VI a XI.** Mélanges de la Casa de Velázquez, p. 2-41, 2013. Disponível em: <http://mcv.revues.org/4056>.

BONASSIE, Pierre. **Dicionário de História Medieval.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985.

BREA, Luis Charlo (Org). **Crónica Latina de los Reyes de Castilla.** Madrid: Akal Ediciones, 1999.

COSTA, Ricardo da. A conquista de Córdoba por Fernando III, o santo. In: Lauand, Jean (Org.). **Filosofia e educação – Estudos 13.** São Paulo, Factash Editora, 2008. p. 07 – 18. Disponível em: <http://www.ricardocosta.com/artigo/conquista-de-cordoba-por-fernando-iii-o-santo>.

DELL'ELICINE, Eleonora et all. **Artifícios passados.** Nociones del derecho medieval. Madri: Carlos III University of Madrid, 2017.

GARCÍA FITZ, Francisco. ¿Hubo estrategia en la Edad Media? A propósito de las relaciones castellano-musulmanas durante la segunda mitad del siglo XIII. In: **IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval: As relações de fronteira no século de Alcanices**, vol. II, 1998, pp. 837-854., 1998.

GARCÍA VERA, María J; CASTRILLO LLAMAS, María C. Nobleza y poder militar en Castilla a fines de la Edad Media. In: **Medievalismo.** Murcia: Universidade de Murcia, Nº 3, 1993.

JIMENO ARANGUREN, Roldán. Servicio de armas en los fueros medievales de vasconia: fonsado/hueste, cabalgada y apellido. **Iura Vasconiae: revista de derecho histórico y autonómico de Vasconia**, ISSN 1699-5376, Nº. 4, 2007, p. 33-66.

JONES, Richard L. C. Fortifications and Sieges in Western Europe, c. 800-1450. In: KEEN, Maurice (Ed.). **Medieval Warfare: a history.** New York: Oxford University Press, 1999.

MADRAZO, Pedro de. **Córdoba.** Barcelona: Daniel Cortezo y CA, 1884.

MENÉNDEZ PIDAL, R. (Ed.). **Primera Crónica General de España que mandó componer Alfonso el Sabio y se continuaba bajo Sancho IV en 1289**. Madrid: Editorial Gredos, 1955.

MORETTI JUNIOR, Augusto João. **Teoria e prática da guerra no reinado de Fernando III (1217-1252)**. Maringá: UEM, 2015. Dissertação de Mestrado.

MOXÓ, Salvador de. **Feudalismo, Señorío y nobleza en la Castilla Medieval**. Madrid: Real Academia de la Historia, 2000.

PISNITCHENKO, Olga. **A cavalaria no discurso político castelhano-leonês no final do século XIII início do século XIV**. Entre vínculo social e forma de vida virtuosa. Tese (Doutorado) - Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

SILVA, Thalles Braga Rezende Lins da. Reflexões sobre a guerra em Castela Medieval. In: **Encontro de História Militar Antiga e Medieval**. Rio de Janeiro, 2011.

UBIETO ARTETA, Agustín. La guerra en la Edad Media, según los fueros de la línea del Tajo. In: **Saitabi**, 1966, n. 16: 91-120.